

A segurança que cresce ilegalmente

Número de vigilantes irregulares pulou de 10 mil para 18 mil em dois anos nas ruas da Capital

ADRIANA IRION

A cada quadra, uma guarita. Ou um homem que apita, avisando que a área está sob vigilância. Por trás desse cenário, cada dia mais comum nas ruas, há dados inquietantes.

O número de vigilantes ilegais saltou, em dois anos, de 10 mil para 18 mil em Porto Alegre, segundo o Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul.

Conforme o Sindicato dos Vigilantes, no Estado há 122 empresas que atuam preenchendo os requisitos legais. Outras 140, segundo levantamento da entidade, prestam serviço ilegalmente.

– Se estiver atuando em via pública, mesmo que desarmada, a pessoa tem de ter curso de formação de vigilante. É o que exige a lei. Se não tiver curso, é ilegal – explica Evandro Vargas dos Santos, presidente do sindicato.

Vargas avalia que a proliferação de vigias ilegais também contribui para que o mercado formal fique estagnado. O Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar calcula que 264 empresas estejam atuando irregularmente no Estado. Conforme o grupamento, há cerca de 93 mil vigilantes no Estado, dos quais 30 mil estão desempregados. A entidade afirma que empresas ou condomínios optariam por contratar pessoas sem formação para pagar abaixo do salário da categoria, que é R\$ 800.

O medo criou mercado para os guardas de rua em bairros de diferente poder aquisitivo. Luxuosos condomínios ou prédios populares, ambos estão contratando a segurança privada. Quem paga não questiona. Quer apenas ter paz garantida na porta de casa.

O representante comercial Gerson Santos Arraj, 39 anos, sabe que o serviço prestado na quadra onde mora, no bairro Bela Vista, na Capital, existe há anos, mas desconhece detalhes da contratação. Inicialmente, o acerto foi com a síndica do prédio. Depois, ela passou o encargo à administradora do condomínio, e hoje os valores pagos aos vigias são incluídos como mais uma taxa no doc do condomínio.

– De minha parte, acho o serviço ineficiente, desnecessário. Ele (um vigia de 62 anos, que é dono da empresa) não vai enfrentar o criminoso. Mas se vê algo ocorrendo, aciona a polícia. Ele é os olhos dos moradores, vejo ele nesse



Nas ruas: especialista afirma que crescimento da vigilância particular é fenômeno mundial, reflexo da dificuldade do Estado em garantir a segurança dos cidadãos

sentido, e assim é válido. O custo não é absurdo – afirma Arraj.

Quanto a saber detalhes da formação e habilitação de quem presta a vigilância, o representante comercial diz não ser prioridade.

– Esse fenômeno, em que o cidadão assume o ônus de garantir sua própria segurança, está dentro de um conceito maior, o de privatização da segurança pública. É uma tendência contemporânea e integra um contexto no qual o Estado tem dificuldades em garantir os seus serviços – analisa o sociólogo Rodrigo Azevedo, do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Jovem conta que virou vigia sem qualificação

Para Azevedo, o fenômeno tem pelo menos dois aspectos negativos: a falta de mecanismos de controle sobre a atividade de segurança privada e a desigualdade, já que apenas pessoas com recursos poderão adquirir o serviço.

Quem atua no mercado, confirma a tese de que clientes preferem pagar menos a contratar serviço especializado. Com apito, colete reflexivo e bastão, um rapaz de 25

anos atua em ruas do bairro Menino Deus, zona sul da Capital, por R\$ 300. Sequer sabe se a empresa para a qual presta serviços tem sede ou está regularmente registrada.

– Fui contratado por um conhecido. Estava passando pela guarita e ele disse que precisavam alguém urgente. Não tenho formação de vigilante nem sei quem é o dono da empresa – conta o vigia, que pediu para não ser identificado para não ter problemas com o patrão.

O rapaz cuida de oito casas, um prédio e dois estabelecimentos comerciais.

O empresário José Carlos Matias da Silva, 36 anos, que tem uma empresa de zeladoria, alerta para a necessidade de as pessoas tomarem cuidado ao contratar o serviço.

– Os moradores têm de prestar atenção quando contratam, para não ser clandestino. Meu pessoal tem curso básico, que eu mesmo dou, pois tenho experiência nisso – diz.

Silva tem cerca de 15 funcionários e presta serviços nos bairros Medianeira e Vila Nova e na Zona Norte. Segundo ele, a empresa é registrada na junta comercial e no GSVG.

adriana.irion@zerohora.com.br

Quem fiscaliza

Polícia Federal

■ Cabe à PF a fiscalização de empresas que atuam – armadas ou desarmadas – na segurança de patrimônio, como agências bancárias, transporte de valores e empresas de vigilância. Também fiscaliza as escolas de formação de vigilantes.

Brigada Militar

■ Ao Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) compete o cadastramento e a fiscalização de empresas de segurança desarmada, de portaria e zeladoria, além da verificação de alarmes bancários conectados à BM.

EXIGÊNCIAS

BM

■ **Guardas:** não pode ter antecedentes policiais e criminais, e não pode usar arma de fogo. Apenas o bastão e o apito são permitidos. Não há exigência de curso de formação.

■ **Empresa:** tem de ter alvará de localização e estar regularmente registrada na junta comercial. Tem

de fornecer a lista com identificação de funcionários, além de pagar, anualmente, taxa de recadastramento.

Sindicato dos Vigilantes

■ Diferentemente da BM, o Sindicato dos Vigilantes entende que, para atuar na rua, a pessoa deve ter curso de formação de vigilante.

Contraponto

O que diz o tenente-coronel Carlos Roberto Bondan da Silva, da Secretaria da Justiça e da Segurança:

“O crescimento da segurança privada é um fenômeno nacional, mundial. A exposição excessiva da violência pela mídia faz com que a cultura do medo cresça e seja explorada por pessoas que têm interesse econômico. Ao contratar o serviço, a pessoa deve analisar o custo benefício. Deve buscar a identificação e os antecedentes de quem faz o serviço.”

Data Publicação : 24/07/2005
Indexador : Bianca Oliveira

Editoria : Geral

Seção : Polícia

Ilustração : Foto BOX

Assunto :

Vigia Illegal; Vigilante Irregular; Bairro; Porto Alegre, Segurança Particular

Leia Mais : na página 45.